

## ALÉM DA INTELIGIBILIDADE MÚTUA: A ATIVIDADE COLETIVA COMO UMA TRANSAÇÃO. UMA CONTRIBUIÇÃO DE PRAGMATISMO ILUSTRADO POR TRÊS CASOS<sup>1</sup>

*Beyond mutual intelligibility: collective activity as a transaction. A contribution  
of pragmatism illustrated by three cases<sup>2</sup>*

BIDET, Alexandra<sup>3</sup>  
BOUTET, Manuel<sup>4</sup>  
CHAVE, Frédérique<sup>5</sup>

“O que compartilhamos não é tão interessante quanto o que não compartilhamos”  
(C. Bender à propósito de M. Bakhtine, citado por Béguin, & Clot, 2004).

### RESUMO

As interações estão no centro das principais abordagens sociológicas do trabalho. Algumas linhas de pesquisa foram responsáveis por interações cooperativas que incluem perspectivas incomensuráveis. Mas neste artigo argumentamos que a noção de interação precisa ser estendida à noção de transação, profundamente enraizada na tradição pragmática americana. A mudança de interação para transação permite o estudo de uma ampla gama de situações sem inteligibilidade mútua. A principal característica é a coexistência de cooperação e perspectivas inteiramente assimétricas, não apenas por um momento transitório no processo de troca de perspectivas, mas como uma configuração estabilizada. Tais contextos significam chegar a um acordo com componentes de ambientes de trabalho longos, despercebidos, mas cada vez mais atuais. Para entender essas formas singulares de coordenação com interações mínimas, precisamos levar em conta o papel dos artefatos digitais, dos participantes de terceiros e dos ritmos pessoais. Este trabalho baseia-se em três estudos realizados em diferentes configurações organizacionais: um centro de controle de tráfego de telefone, um pronto-socorro pediátrico e jogos on-line no local de trabalho. Onde a atividade coletiva não significa inteligibilidade mútua, a análise se volta para as várias formas de vida desenvolvidas no processo de trabalho, os encontros intermitentes entre compromissos inconscientes uns dos outros e os trabalhadores confrontados com seus múltiplos espaços de atividade.

**Palavras-chave:** Atividade coletiva. Trabalho. Experiência. Pragmatismo.

---

<sup>1</sup> Publicação original: Alexandra Bidet, Manuel Boutet et Frédérique Chave, « Au-delà de l'intelligibilité mutuelle : l'activité collective comme transaction. Un apport du pragmatisme illustré par trois cas », *Activités [Enligne]*, 10-1 | Avril 2013, mis en ligne le 15 avril 2013, consulté le 16 novembre 2019. URL: <http://journals.openedition.org/activites/632>; DOI: 10.4000/activites.632.

**Traduzido por Neusa Maria Silva:** Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação (FaE/UFMG). Mestre em Educação Tecnológica pelo CEFET- MG, graduada em Filosofia pelo Centro Universitário Newton Paiva. E-mail: [neusafilos@gmail.com](mailto:neusafilos@gmail.com).

**Revisado por Daisy Moreira Cunha:** Doutora em Filosofia pela Aix-Marseille Université, Mestre em Educação pela FAE/UFMG, Graduada em Pedagogia pelo Instituto de Educação de Minas Gerais. Professora Associada da FAE/UFMG. E-mail: [daisycunhaufmg@gmail.com](mailto:daisycunhaufmg@gmail.com).

<sup>2</sup> Esse trabalho está inscrito no projeto Comunicação e multi atividade no trabalho (ANR-08-COMM-039) coordenado por Alexandra Bidet.

<sup>3</sup> Professora, Doutora do Centre Maurice Halbwachs, CNRS-EHESS-ENS – Paris. E-mail: [alexandra.bidet@ens.fr](mailto:alexandra.bidet@ens.fr)

<sup>4</sup> Professor, Doutor do IDHE, CNRS-Université Paris Ouest-La Défense – Paris. E-mail: [manuel.boutet@free.fr](mailto:manuel.boutet@free.fr)

<sup>5</sup> Professor, Doutor Centre Maurice Halbwachs, CNRS-EHESS-ENS – Paris. E-mail: [fr.chave@gmail.com](mailto:fr.chave@gmail.com)

## ABSTRACT

Interactions are at the center of the main sociological approaches to work. Some lines of research have been responsible for cooperative interactions that include immeasurable perspectives. But in this paper we argue that the notion of interaction needs to be extended to the notion of transaction, deeply rooted in the American pragmatic tradition. Switching from interaction to transaction allows the study of a wide range of situations without mutual intelligibility. The main feature is the coexistence of cooperation and entirely asymmetrical perspectives, not just for a transitional moment in the process of exchanging perspectives, but as a stabilized configuration. Such contexts mean coming to terms with components of long, unnoticed but increasingly current work environments. To understand these unique forms of coordination with minimal interaction, we need to consider the role of digital artifacts, third party participants, and personal rhythms. This work is based on three studies conducted in different organizational settings: a telephone traffic control center, a pediatric emergency room, and online workplace games. Where collective activity does not mean mutual intelligibility, analysis turns to the various forms of life developed in the work process, the intermittent encounters between each other's unconscious commitments and the workers confronted with their multiple spaces of activity.

**Keywords:** Collective activity. Work. Experience. Pragmatism.

## 1 INTRODUÇÃO

Qual é a contribuição da tradição pragmática para o estudo das atividades coletivas? Para essa tradição, comumente associamos os escritos, nos Estados Unidos, entre o final do século XIX e a metade do século XX, por C. S. Peirce, W. James, J. Dewey e G. H. Mead. Sua posteridade tem sido parcialmente documentada na sociologia geral, onde é identificado com a Escola de Chicago<sup>6</sup> e mais especificamente ao interacionismo simbólico, mas também na sociologia urbana, através da figura do estrangeiro e da ecologia urbana clássica de Chicago, e na sociologia ciência política, quando eles estão interessados nas mobilizações e na construção de problemas públicos. É explícito também dentro dos *communication studies* Bergman (2007), Craig (2007).

No campo do trabalho ou das atividades ordinárias a situação é mais confusa. De um lado, a posteridade dos pragmáticos americanos do início do século é manifesta. A segunda escola de Chicago, através de E.C. Hughes, A. Strauss, H. S. Becker e E. Goffman, produziram o primeiro corpus de estudos etnográficos do trabalho; a ecologia das atividades e dos *workplace studies*, via E. Goffman e H. Garfinkel, também têm fortes ligações com a tradição pragmática; e o estudo das organizações foi marcado pela revisão realizada por D. A. Schön da teoria da enquete de J. Dewey. Por outro lado, a contribuição dos pragmáticos não é identificada por si só. Nós falamos mais sobre interacionismo simbólico, isto é, reformulação de desenvolvimentos de H. Blumer associada a G. H. Mead. E quando se trata de fazer uma referência específica, nós chamamos a corrente de “ação situada” Quéré,(1997) e seu “situacionismo metodológico” Joseph, (1998).

Neste artigo, pelo contrário, sugerimos o interesse de caracterizar a contribuição dos pragmáticos. É uma questão de aprofundamento da *Pratice Turn*, que tende a renovar o estudo das organizações e outros objetos das ciências sociais. Este aprofundamento é particularmente necessário para abordar o trabalho em um mundo tecnicizado e

---

<sup>6</sup> « The Dewey-Mead theory translates silently into their sociology », résume A. Strauss (1992, p. 10).

cosmopolita onde, do ponto de vista organizacional, uma parte maior é deixada as improvisações do momento e as expertises locais, e onde, do ponto de vista dos atores, as cooperações se tecem mais e mais frequentemente com pessoas e dispositivos técnicos que lhes são e lhes e permanecem estrangeiros. Os Pragmáticos em particular G. H. Mead e J. Dewey oferecem ferramentas que permitem pensar a realização da prática coletiva, ampliando o horizonte da intersubjetividade e da reciprocidade das perspectivas, que orienta a maioria das pesquisas<sup>7</sup>. Passando da noção de interação para aquela de transação de ampliada, além das configurações habitualmente associadas para à noção de interação, às situações de cooperação que nós podemos considerar. Pois veremos que ele é uma parte da ação conjunta ou da atividade coletiva que a noção de interação descreve mal e que convoca um vocabulário mais amplo.

Ao comparar três áreas de investigação marcadas por uma forma duradoura de não-reciprocidade de perspectivas entre os protagonistas, nós ilustraremos algumas contribuições desse vocabulário e especificaremos as ferramentas de análise que o patrimônio pragmático convida assim, à elaborar. Mas, nós começamos por lembrar que, através das noções de interação e de cooperação, o estudo das atividades coletivas é, há muito tempo focalizado sobre a questão da inteligibilidade mútua.

## **2 DA INTELIGIBILIDADE MÚTUA À EXPERIÊNCIA: REVISITAR A HERANÇA PRAGMÁTICA**

A inteligência da situação não é nem individual nem coletiva, nem sempre passa por regras 'mutuamente admissíveis': a inteligência da situação de trabalho, para quem participa, prolonga assim, não pela convergência sobre um contrato, mas em redes mais ou menos conectadas e mais ou menos densas, em "cadeias de cooperação" que são a consistência do espaço-tempos de trabalho (JOSEPH, 1994).

O que a literatura sociológica reteve dos escritos dos pragmáticos do início do século, através das correntes ou abordagens mencionadas acima, parece ser classicamente ordenado em torno de uma questão - como interagir, como cooperar - e uma maneira de responder, consiste em se interessar pelas operações que produzem uma inteligibilidade mutua entre os participantes. No domínio do trabalho, e mais largamente das atividades cooperativas finalizadas, nenhuma temática despertou mais interesse e pesquisas: como os participantes conseguem se coordenar, para superar a heterogeneidade de suas perspectivas? (BECHKY, 2003; FLIGSTEIN & MCADAM, 2012; KATZ, 2002; STRAUSS, 1993).

Essa atenção à heterogeneidade de perspectivas marcaria uma ruptura com concepções cognitivas e psicológicas tradicionais, que usariam as noções de representação compartilhada e propósito comum para dar conta do trabalho coletivo Grosjean, (2005). Seguir a intuição pragmática consiste, então, em estudar o trabalho coletivo "em desenvolvimento" e, por isso, transformar os vários processos interacionais e comunicacionais variados que constituem e pelos quais a colaboração entre os participantes se realiza. A inteligibilidade mútua, em particular, se desdobra progressivamente. Nessas aproximações centradas sobre a noção de interação, como com as noções de representações compartilhadas ou interesse comum, a

---

<sup>7</sup> Até no estudo de situações sem diálogos verbalizados face à face.

inteligibilidade mútua continua sendo a pedra de toque da cooperação: perguntamos em que medida as perspectivas dos participantes aproximam uma da outra.

Descrivendo uma sala de controle de tráfego aéreo, Goodwin e Gookwin observam que “o que cada um vê neste panótico, não é uma imagem de conjunto, mas uma diversidade polimorfa de perspectivas localizadas” (1996). Da mesma forma Joseph, tomando apoio na teoria dos quadros de E. Goffman, argumenta que todo contexto de trabalho “deve ser concebido como uma montagem de quadros participativos diferentes onde os agentes se engajam, segundo as modalidades diversas, diante das audiências e para destinatários diferentes” (1994). Trata-se, então, de estudar como os “protocolos da cooperação” são constantemente reelaborados no curso das atividades - sendo entendido que “não há pertinência por convenção” e que ela deve, portanto, ser mantida em situação (Joseph; Quéré, 2003). A gestão de ordem interacional, aparenta assim, um labor indefinido, sem o qual o trabalho ele mesmo não pode se realizar: trata-se de tornar a cooperação possível. Que nos interessemos pelas equipes de trabalho ou pela dupla par agente/usuário, a co-produção de bens ou de serviços é, então, sempre, nesse contexto, aquelas de perspectivas mais ou menos comuns: uma “visibilidade mútua das situações, dos gestos, das operações no espaço de trabalho” (QUÉRÉ, 1997, p. 167), as “aparências concertadas” (Joseph, 1998), um “contexto comum”<sup>8</sup> (GROSJEANG, 2005; SALEMBIER; ZOUINAR, 2004) etc.

Para esses autores, a noção de perspectiva apresenta o grande interesse de mudar o foco do que é conhecido em direção ao que é compartilhado. Eles seguem, assim o projeto, comum para C. S. Peirce e para L. Wittgenstein, para eliminar a “mentalidade tardia” da teoria social (DESCOMBES, 1995). Trata-se de pensar o conhecimento em termos de procedimentos mais do que como estoque, favorecendo abordagens não mais dedutivas, mas naturalistas. Se a linguagem continua a ser importante, o ambiente torna-se, entretanto, o principal terreno de investigação: interessa-nos o que é visível e mais precisamente “manifesto” - não somente perceptível, mas que pode ser inferido (SALEMBIER; ZOUINAR, 2004).

“Continuamente confrontados à tarefa de justapor perspectivas sobre o objeto, seja ele qual for, com o qual ou sobre o qual eles trabalham de maneira à situá-lo em uma rede pertinente de significações”, os controladores no solo estudados através de Goodwin conseguem acordar ou articular seus pontos de vista (1996, p. 89). Diferentemente, por exemplo, no caso do binômio formado pelos passageiros e agentes de supervisão da linha A do RER estudada por I. Joseph. O que falta neste caso é a possibilidade de interação direta com os usuários: “se o informante tivesse somente a possibilidade de ver como os viajantes aglutinados sobre uma plataforma reagissem a um anúncio, ele seria capaz de para realmente abordar um destinatário, observar como ele orienta seus movimentos. Ele poderia considerar o evento (o incidente) como “mutuamente inteligível”, avaliar a pertinência da ação (a iniciativa em matéria de informação)” (JOSEPH, 1994, p. 583).

A interação social aparece assim como uma condição frequentemente necessária, embora não suficiente, para que possam se justapor ou se articular as perspectivas dos

---

<sup>8</sup> Os dois autores definem um contexto partilhado como “um conjunto de informações ou eventos contextuais mutuamente manifestos para um conjunto de atores, em um dado momento tem uma dada situação, dadas suas habilidades cognitivas e perceptivas, as tarefas que devem realizar e sua atividade em andamento” (SALEMBIER, & ZOUINAR, 2004, 79). Eventos contextuais são aqueles “que ocorrem durante uma atividade e que são ou podem ser pertinentes relativamente para a realização desta atividade e isto do ponto de vista dos atores” (ibid., Os autores apontam).

participantes. Aqui o quadro organizacional não é suficiente, embora tenha o seu lugar. O alinhamento das convicções demandam, assim o compartilhamento dos “fragmentos de cultura”, segundo uma expressão de Gumperz (1989); e este compartilhamento pode exigir dos protagonistas um movimento de investigação, especialmente quando o “trabalho de publicação e disponibilização” das intenções recíprocas é falho, como pode ser suficiente recursos de co-presença, ou da “conversação por gestos” tematizada por G.H. Mead. Quando M. Breviglieri estuda as cenas públicas da entrada dos usuários dos autômatos da SNCF, ele descreve assim um gesto “ajustado sobre as formas mínimas de intercompreensão”, que implica a produção de uma leitura partilhada de eventos, de uma “proximidade circunstancial” entre parceiros (BREVIGLIERI, 1997, p. 144). Ele mostra que ela requer a interface do aparelho como “terreno em comum”, e que ele passa “pelo compartilhamento de atenção, compreensão recíproca dos elementos contextuais, a solicitação e a sensibilização de uma intervenção, a intervenção cuja natureza furtiva e espontânea que parecerá decisiva” (*ibid.*, p. 124, 127). Em particular, as relações de civilidade operam, nessas cenas de ajuda mútua em público (mostrar a tolerância, convidar à ação...), “facilitando a inteligibilidade mútua de elementos circunstanciais e apoiando a correção em público no caso de fracasso operacional” (*ibid.*, p. 144, 124). Se o uso da linguagem é raro, a construção de uma proximidade é, sobretudo, uma questão de ritmo: a felicidade do gesto de ajuda mútua, sua própria existência, depende de sua capacidade para se deslizar no ritmo hesitante que sucede a uma decepção na manipulação da interface. Outros momentos de indagações sobre as intenções dos usuários, e sobre os dados da situação, a fim de recuperar a origem da decepção com o aparelho, o mais decisivo para que a assistência mútua aconteça releva de um tato que é “no essencial um ajustamento da intervenção no ritmo ao qual o operador conduz seu “comando” (*ibid.*, p. 143)

A ausência desse ajustamento mútuo, e o gesto de ajuda mútua, corre o risco de aparecer como uma interferência duplamente descortês, fazendo recair uma suspeita de incompetência sobre o usuário, e deixando supor uma ação motivacional, estritamente pessoal da parte que vem ajudar. Quando M. Breviglieri examina o “tato profissional” dos agentes de Samusocial, que vão cotidianamente encontrar um morador de rua no espaço público (2010), ele identifica também, uma forma mínima de inteligibilidade mútua na sua forma de ajustar o ritmo temporal do usuário: de um lado, os participantes “ganham seu ritmo”, de outro, eles o conduzem insensivelmente ao caminhão Samusocial, depois de terem “percebido sua falta de resistência para ser acompanhada de uma inclinação para consentir em ir para o centro de alojamento.” Se o participante “evita abraçá-lo para levá-lo, mas dispensa a proporção de seu esforço, gestos discretos de apoio, como dos pequenos empurrões para facilitar sua recuperação”, é que o ajuste rítmico aparece como um pré-requisito para uma interação que ultrapassa o corpo-a-corpo para e se desdobrar sobre um plano simbólico. Em uma tradição goffmanniana de início do comportamentalismo, A. Kendon faz, no sentido de um ritmo compartilhado, o elemento atestando por excelência a felicidade de interação: por sua “coordenação rítmica” ou “sincronia interacional”, os “participantes manifestam que eles compartilham a mesma perspectiva sobre a interação” (1990, p. 256). Após uma leitura mais fenomenológica de E. Goffman, J. Katz concordam também, com nosso meio ambiente se reinventa pelo intermédio de movimentos corporais tão tensos quanto a modulação dos choros, de uma lamentação ou entonação de um riso (1999).

Os exemplos precedentes manifestam duas grandes orientações. De uma parte, uma exploração renovada de saberes em ato, insistindo sobre a heterogeneidade dos pontos de vista presente. De outra parte, uma focalização sobre a questão da inteligibilidade mútua, colocada no coração dos estudos das atividades cooperativas. Esses gestos ressoam com a tradição pragmática. Sabemos em particular, a importância acordada à questão da inteligibilidade mútua para o interacionismo simbólico, que é parcial. Mas, pela tradição pragmática, a produção de uma inteligibilidade mútua, de uma reconciliação com as perspectivas ou os “arranjos” articulam várias linhas de trabalho via um esforço de negociação e de persuasão (STRAUS, 1993, p. 87-93), não é nem primeiro nem central. O interesse é mais em compreender a gênese simultânea das diferentes perspectivas e seu entrecruzamento. Ora, essa questão é das mais atuais dentro de um contexto onde, com o aumento da divisão social do trabalho e a globalização das economias, a estabilidade organizacional faz hoje frequentemente figura de exceção (BECK, 2001; ENGSTRÖM, 2008; SCHMIDT, 2012, p. 202).

Para W. James, G.H. Mead e A. Schütz, lembremos que a inteligibilidade mútua é rara, difícil de alcançar, e aos meios transitórios. Como releva C. Russill, o empirismo radical de W. James considera o caminho cujas nossas interações com o mundo estimulam encontros temporários, no fluxo da experiência, entre perspectivas incomensuráveis: “Como duas mentes podem conhecer a mesma coisa? Para James, dizer que dois pensamentos ou duas coisas são exatamente iguais é idiota, dizer que um pensamento ou uma coisa é idêntica a si mesmo não significa nada. A questão aparece como um sério problema filosófico sério se aprendemos a distinção funcional entre sujeito e objeto, para uma distinção ontológica que se trataria de ultrapassar uma vez por todas. Contudo quando essas questões surgem, elas correspondem mais aos problemas práticos de coordenação de nossas atividades no mundo que a identificação de uma base racional para elaborar essas atividades” (RUSSILL, 2008, p. 289-290, tradução nossa)! A tradição interacionista inverteu bem a prioridade, em tratando a heterogeneidade das perspectivas como uma fase transitória em direção de um mundo comum, lá onde hipótese pragmática considerada ao contrario, a atividade sobre uma base expandida, onde o ordinário é heterogeneidade das perspectivas.

Nesse contexto mais amplo é apropriado, então, situar-se? Ele não foi ignorado pelos trabalhos apresentados acima, que contribuíram para desenvolver, mas sem tirar sempre todas as consequências. Esse contexto corresponde a uma abordagem denominada ecológica, que não parte de indivíduos constituídos e nem de meios já dados, mas do acoplamento estrutural entre o indivíduo e o meio, pelo qual eles não cessam de produzir e de transformar. Da ecologia urbana da Escola de Chicago (GRAFMEYER; JOSEPH, 2004; MCKENZIE, 1924) para Ecologia das atividades (CICOUREL, 1987) ou da mobilidade (JOSEPH, 2007b, p. 12), ela faz frutificar a herança pragmática (JOSEPH, 1998, 2002, 2007a, 2007b; TRACÉ, 2008, 2012) alimentando os desenvolvimentos em torno da vigilância e da tomada (CHATEAURAYNAUD, 1997), anexos (BREVIGLIERI, 2004; HENNION, 2009), da multi-atividade (DATCHARY LICOPPE, 2007; LICOPPE, 2008), das maneiras de se orientar (BIDÉ, 2008, 2011; BOUTET, 2006, 2008), as competências a seguir (BERGER, 2008) notadamente. Ele conduziu à inclinar sobre as ecologias informais (NARDI,&O'DAY,1999) e gráficas (DENIS; PONTILLE, 2010) sobre o papel dos detalhes (PIETTEI, 2009a, b) e nutriu, por exemplo, também a proposta de um “Core-Task Analysis” em ergonomia (NORROS, 2004). As abordagens que desenvolveram

colocam em termos renovados as questões de agência e temporalidade: elas não atribuem o poder de agir propriamente, nem ao indivíduo, nem o meio; e remetem todo momento à uma situação em desenvolvimento (BIDET, 2012; SIMPSON, 2009). Mas é precisamente nesse sentido que J. Dewey propôs substituir o conceito de interação pelo de transação. Lá onde “a fase subjetivista da filosofia europeia” (DEWEY, 1993, p. 92) promoveu um indivíduo isolado e desengajado - e como separado das estruturas organizacionais e estatais, então pensadas como de outro nível, a noção de transação afirma o contrário, a primazia do acoplamento do organismo e do ambiente, um verdadeiro “parceiro” (QUÉRÉ, 2006). Argumentar que “o organismo existe como tal somente nas conexões ativas com seu ambiente” (*ibid.*), é, então lembrar que nós não vivemos somente dentro de um ambiente, mas por ele (JOAS, 1999).

A atenção aos “estados de coisas” (“states of affairs”) do meio ambiente não atribui uma agentividade à uma entidade distinta e constituída: “agentividade não designa um atributo, mas o movimento das reconfigurações do mundo”. (BARAD, 2003, p. 818); “Ela não reside em nós, nem nos artefatos, mas em nossas intra-ações”, afirma (L. SUCHMAN, 2007, p. 285, tradução da autora). A atenção para esta dinâmica permite, então mostrar que os atores não são átomos individuais. O ambiente aparece bem como uma entidade indissociável de nossa intencionalidade encarnada. (Dreyfus, 1991). Se a ecologia da percepção associada ao nome de J.J. Gibson é “implicitamente pragmatista”, como escreve I. Joseph, é mesmo “uma propriedade que não saberia ser atribuída nem ao ambiente, nem ao agente, mas à relação que eles mantêm” (citado em BREVIGLIERI; STAVO-DEBAUGE, 2007). Assim uma aproximação ecológica, “trata organismo-dentro-seu ambiente, como uma totalidade indivisível, não como a composição de fatores externos e internos” (INGOLD, 2001, tradução da autora). Ela seiva as interrogações aporéticas (ainda crônicas: por exemplo KAPTEININ; NARDIA, 2006, p. 226) sobre a parte do sujeito e do ambiente no controle da ação, em benefício da dimensão criativa de agir muito tempo marginalizada pelos modelos de agir visando a normativa e de agir instrumental (JOAS, 1999; ENIRBAYER, 1997).

A consequência direta é também pensar a organização de um modo mais imanente. A noção de transação convida, assim, para analisar a atividade coletiva mais largamente, a partir da experiência – e não somente de uma intelegibilidade mútua, a ser construída. Para J. Dewey, a experiência corresponde ao estabelecimento de uma “relação sentida entre fazer e sofrer, quando o organismo e o ambiente interagem” (2005, p. 253). As significações não se reduzem, então, aos símbolos compartilhados: o sentido da “contribuição cumulativa e recíproca entre o que faz e o que é experimentado”, escreve J. Dewey, “é à extensão e ao conteúdo dessas relações que medimos o conteúdo significativo de uma experiência” (*ibid.*, p. 76, 69). A construção de uma perspectiva comum, que observou a maior parte das obras, surge então como um caso especial do fenômeno mais geral da criatividade do agir, que se manifesta na produção de hábitos, de interesses e maneiras de se orientar, às quais são claramente susceptíveis de serem transpostas de um contexto para outro.

Passar da interação para a transação ligando a questão da cooperação àquela da experiência permite documentar os fenômenos ainda pouco investigados. Nós ilustraremos a partir de três pesquisas de campo conduzidas, respectivamente, em telefonia, nos serviços de urgência hospitalar e na prática de jogos on-line no trabalho. Estes três casos têm em comum nos confrontar com atividades coletivas e organizadas, mas que são estabilizadas fora de um horizonte de inteligibilidade mútua,

sem o trabalho de articulação bem descrito por A. Strauss (1993). Estudar as transações em funcionamento oferece, ao contrário, um espaço aos aspectos ainda pouco conhecidos, mas o papel crescente nos contextos contemporâneos: a autonomia dos dispositivos numéricos, como variáveis de objetos-em-ação, a atividade de terceiros e, finalmente, o desenvolvimento de ritmos pessoais. Abordamos essas três dimensões sucessivamente, enfatizando as formas originais de atividade coletiva das quais elas participam.

### **3 CONSIDERANDO OS OBJETOS- EM – AÇÃO ÀS FORMAS DE VIDAS DESENVOLVIDAS NO TRABALHO**

A ecologia das atividades analisa primeiramente as trocas explícitas ou furtivas, verbais ou posturais, entre pessoas presentes em um campo de visibilidade. Ela deve, hoje, considerar formas de acessibilidade associadas às tecnologias da tele ação e do tele trabalho que tentem reconstituir as condições de conversação face a face e a conversação ordinária. Ela considera igualmente o ambiente físico e sensível graças ao qual se desenrolam essas trocas. Enfim, ela, considera os objetos, aos quais, os participantes que desempenham um papel, lhes solicitando para agir, controlar ou antecipar sua ação (JOSEPH, 1998).

Sobre o primeiro terreno considerado, um centro de supervisão do tráfego telefônico, a noção de transação opera um deslocamento do olhar em comparação com as abordagens clássicas em termos de expertise técnica - não há apenas uma única (boa) maneira para entender e manipular uma técnica. Esse deslocamento ajuda a entender a atividade, integrando o papel dos autômatos e as diferentes maneiras pelas quais os trabalhadores lidam com eles. De fato, a divisão do trabalho em funcionamento no centro de supervisão estudado entre dois grupos de agentes ocupando formalmente o mesmo cargo não consiste em adicionar e articular contribuições diferentes e complementares. É que, tal contexto de trabalho, onde o agir distribuído, não permite mais ignorar as transações com o meio: esses agentes não estão em situação de usar ferramentas, que eles poderiam manipular à vontade, nem agir com outras partes interessadas, com quem se coordenar e elaborar um “contexto compartilhado”; eles são confrontados com a necessidade de se associar, de se integrar à um conjunto de entidades interdependentes, que formam uma verdadeira mundo-tela<sup>9</sup> de sinais, de medições, de alarmes e de comandos informatizados.

De fato, onde o trabalho se assenta primeiramente na dinâmica sistêmica e acumulativa de automatismos, interagindo continuamente uns com os outros e se auto regulando amplamente, o trabalho humano se torna atividade de supervisão ou regulação. É assim, hoje em um número crescente de setores industriais e terciários – tais como (pilotagem aérea), a conduta de processo na energia nuclear, a química – onde as infraestruturas produtivas estão mais e mais automatizadas e informatizadas. Suprir momentaneamente os automatismos, contrariar sua deriva estrutural, é então co-agir com eles. A continuidade dos processos repousa in fine - ou em último recurso – sobre a intervenção ativa de operadores humanos nessa co-funcionamento. Observando uma situação deste tipo na telefonia, nós mostramos que o principal

---

<sup>9</sup> O conceito de mundo - tela designa, além da interface informática, “um ambiente complexo composto de regiões visitáveis e horizontes que fundam as atividades”, portanto, um espaço dinâmico, persistente, que pode ser explorado, onde novas janelas podem ser abertas. Ele concentra, ao mesmo tempo em que “as atividades, temporalidades e situações de agentes anteriormente espalhados”, todas as possibilidades de manipulação e informação disponíveis em tempo real. Veja: (KONORR-CETINA; BRUEGGERS, 2003, p. 122-129).

interesse não era para os trabalhadores em produzir entre eles um “contexto compartilhado”, mas conservar uma sociabilidade com os automatismos. Estes últimos não são objetos-na-ação, isto é, “ferramentas” e objetos de uso destinado a equipar a ação humana. Eles são objetos-em-ação dotados de uma autonomia de movimento e cujo funcionamento não é pré-estabelecido. G. Simondon enfatiza que a parte da indeterminação de um conjunto técnico se deve à sua abertura e sua sensibilidade com seu ambiente (1989)<sup>10</sup>. Aos olhos dos técnicos que estão no comando, os dispositivos que produzem e regulam o tráfego telefônico são conjuntos complexos, que geram questões, “são de processos e de projeções mais que coisas afirmativas” (KNORR-CETINA, 1988). Frente às variados objetos epistêmicos, as soluções devem ser construídas e não são necessariamente únicas.

Mesmo na ausência de incidentes, os operadores envidam esforços de vigilância e exploração. Para compreender essa preocupação que eles vivenciam, é preciso deixar a questão da cooperação por aquela da experiência. Não é desenvolvendo apoio que eles conseguem agir, pontualmente, com este agregado sistêmico e constantemente mutante que é o tráfego telefônico, mas desenvolvendo uma forma de vida caracterizada pelo que Knorr-Cetina chama de “sociabilidade com objetos” [sociabilidade com objetos] (1997). O que se observa aqui é uma exploração contínua do mundo-tela. Assim, a atividade desses agentes implica o risco de inatividade e de tédio pela busca e conservação de uma ocupação interessante: “encontrar o que é interessante lá dentro”, “o que se passa de interessante”, supõe uma exploração contínua. Somente uma circulação permanente na rede, multiplicando os pontos de vista sobre “estas coisas que caminham por si mesmas”, iniciando típicas intrigas, torna possível, quando um incidente ocorre, estar em posição de conceder seu movimento com a dos automatismos. Como J. Dewey observa, “o que é dado aqui e agora é enriquecido com significados e valores tirados do que de fato está ausente e somente é presente pela imaginação – em particular tira de experiências anteriores, isto diz de resultado consolidado de interações anteriores com o ambiente” (2005, p. 317). Trata-se aqui da possibilidade de uma experiência: poder desenvolver, segundo a expressão de Dewey, “linhas de interesses ativos”. Knorr-Cetina e Bruegger apontam também nesse sentido a necessidade de ampliar a ecologia das atividades para “realidades eletrônicas, já que elas se tornam um hábitat para alguns de nós” (2003, p. 126).

Na era digital, essa distribuição “forte” do agir está no centro das ecologias informacionais complexas em pleno desenvolvimento (NARDI; O'Day, 1999). Aproveitar as formas de vida que acompanham essa multiplicação de “pós-social” ou “objeto-centrada nas relações” (KNORR-CETINA, 1997) implica de usar tanto do interesse sociológico em nossas maneiras de entrar em relações com o nosso ambiente para a coordenação entre as pessoas. No seio mesmo do Practice Turn, o sentimento de uma lacuna relacionada ao uso de técnicas, para a técnica como experiência, fez o seu caminho. Lucy Suchman propõe, assim, substituir o termo de interface “homem-máquina” (“intercâmbio homem-máquina”) por aquele de transação, a fim de repensar os circuitos pelos quais entramos em relação com nossas máquinas (SUCHMAN, 2007, p. 285). Paul Dourish identifica a interação com “as coisas em si” como o primeiro objeto para quem quer estudar “Embodied Interaction”, definida como “a criação, a manipulação e o compartilhamento do sentido através do engajamento

---

<sup>10</sup> “Uma máquina puramente automática, completamente fechada em si mesma, em uma operação predeterminada, poderia fornecer apenas resultados resumidos. A máquina dotada de alta tecnicidade é uma máquina aberta”, escreve neste sentido G. Simondon.

em uma interação com artefatos" (DOURISH, 2001), tradução da autora. A medida que se multiplicam os "objetos técnicos" mais autônomos no seu funcionamento e articulados entre eles, eles nos fazem explorar os novos laços e os horizontes da atividade "em parte, liberadas das restrições do espaço ordinário": "a rede [técnica] tende a substituir o território como base topográfica da solidariedade da sociedade" (DODIER, 1995, p.15, 350). Sim, mas geralmente, a intelectualização das situações de trabalho, por vezes nossas relações com as "coisas físicas" – "sociality with objects"- tomam uma nova amplitude, capturamos toda a atualidade, não passe do lado (p. 179), ao qual convida a concepção de "transação" proposta por J. Dewey.

Como a unidade da experiência, um engajamento coerente e acumulativo, são possíveis em um tal contexto de trabalho? O mundo-tela do tráfego telefônico, como aquele do caminho financeiro estudado por Knorr-Cetina e Bruegger (2003) é um ambiente particularmente dispersivo que "aparece continuamente em fragmentos": parece "um tapete cujas pequenas sessões são desenroladas à nossa frente (...) podemos andar sobre ele, podemos mudar de posição sobre ele. Ao mesmo tempo, precisamos imaginar o tapete se acumulando à medida que é desenrolado" (p.126-127). No nosso caso, a identificação mesmo do tráfego telefônico como objeto de trabalho, supondo o esforço cotidiano dos agentes para articularem circulações mediatizadas como uma única e mesma transação com seu agregado sintético e a probabilístico de chamadas telefônicas. Eles têm que trabalhar para ligar continuamente, para eles, as entidades heterogêneas do mundo-tela. Todos não se obrigam, todavia, a este trabalho: alguns implantam sua atividade fora do mundo-tela. Eles se esforçam para reconhecer regularmente os alarmes, em uma lógica de verificação pontual, onde seus companheiros exploradores seguem as curvas de tráfego, numa lógica de antecipação contínua. Em ambos os casos, todos podem esperar se envolver em um espaço dispersivo sem fragmentar sua atividade: o engajamento de cada um para a continuidade, ou mais exatamente com o ritmo – "alternância de concentração e relaxamento" (DEWEY, 2005), propício para a unidade de uma experiência. As transações seguem os ritmos opostos de uma parte e de outra, uns oferecem sua vigilância para a redundância de alarmes comuns e seu tratamento rotineiro, outros consagram um esforço contínuo para estar pronto para responder a uma eventual "crise de tráfego", com suas reações em cadeia.

É porque os primeiros privilegiam as mensagens repetitivas que encobrem as janelas de alarmes, que os últimos podem imergir na circulação do tráfego: "empurre mais longe a visão da rede" porque "quando você tenta resolver um problema, o tempo voa". Inversamente, é porque os últimos mergulham no mundo-tela para liberar o primeiro da gestão de situações de crise e a necessidade de manter a intimidade com autômatos caprichosos, em um experimento indefinido. Ao fazê-lo, uns e outros manejam também, mais largamente a continuidade de suas transações com um ambiente técnico - no tempo (entre suas atividades passadas e presentes) e no espaço (entre trabalho e não trabalho): as primeiras são utilizadas globalmente para habitar as tecnologias eletrônicas, ditas também "da representação", e as segundas, as tecnologias mecânicas, ditas de "intervenção". Dessas formas de vida (ou estilos) opostas - que não são redutíveis a clivagens geracionais - testemunham os vocabulários de uns e de outros (BIDET, 2010), suas narrativas (BIDET, 2007), suas representações gráficas da atividade (BIDET, 2008), mas também suas concepções da "verdadeira técnica" ou do "verdadeiro trabalho" (BIDET, 2011a). Essas valorizações contrastadas, afetando os detalhes da atividade, são o produto da acumulação das

transações. Essas valorizações referem-se à seleção e ao desenvolvimento, permite os gestos possíveis, de certa maneira de agir e de apreender a técnica, tanto do sujeito quanto do objeto, tanto das pessoas quanto dos artefatos. Se os vocabulários engajam cada vez mais uma relação pessoal com a técnica, isso deve muito pouco à psicologia individual e muito à gênese normativa pela qual esses técnicos vivem em seu ambiente de trabalho. O tempo contribui assim duplamente para manter a clivagem entre as duas posturas: pelas histórias profissionais bem diferentes e, nas salas de supervisão, pelas temporalidades distintas nas quais as atividades são realizadas.

Entre estas duas formas de vida, não se observam uma relação de cooperação (mesmo tácita, que levaria a falarmos de trabalho em equipe), nem uma forma de concorrência ou rivalidade (o que implicaria uma orientação mútua forte, por falta da produção de uma inteligibilidade mútua): nem a propensão para “colocar-se no lugar do outro”, inerente à cooperação, nem a tendência para depreciar a atividade do outro, inerente às situações de rivalidade. Se, como recorda D. Cefaï, a reciprocidade das perspectivas é “um processo de interconexão entre motivos e objetivos, de intercompreensão entre reflexões e projetos” (1998, 107), é sobretudo aqui uma não reciprocidade das perspectivas que acompanham a distribuição do agir.

A delegação tácita dos gestos e de preocupações que nós observamos é emergente: ela não é o fato de uma coordenação, nem é mesmo verdadeiramente percebida como tal; a “mutual awareness” é mínima, às vezes inexistente. Contra o risco da dispersão, da fragmentação da experiência, que permite manter o fio, não se refere, assim, a nenhum dos dois grandes modelos, que privilegia seja o operador, seja a distribuição de sua atividade sobre seu ambiente e/ou equipe de trabalho. Na configuração estudada, a assimetria das perspectivas vem contra introduzir a noção de terceiros, porque os dois conjuntos de agentes detectados operam como terceiros, uns frente a frente dos outros.

A atenção às transações não convidam somente a tomar vantagem em relação aos objetos-em-ação, portadores de autonomia, e as forma de vida que se elaboram com eles, mas também a presença de terceiros em situação. É a partir de outro terreno da enquete que nós vamos considerar mais precisamente seu papel dentro de tais configurações.

#### **4 DA CONSIDERAÇÃO DOS TERCEIROS PARA A COINCIDÊNCIA MOMENTÂNEA DOS ENGAJAMENTOS**

“Para um grande número de situações profissionais e organizacionais nas quais os atores estão engajados, são ação e a atividade de terceiros que fornecem a orientação principal na produção prática da conduta, e são as contribuições desses terceiros que definem as contingências que os atores devem gerenciar” (HEATH; HINDMARSH; LUFF, 2000, p. 672), traduzido em (SALEMBIER; ZOUINAR, 2004, p. 69).

Sobre o segundo terreno investigado, aquele das emergências hospitalares pediátricas, a noção de transação opera também um descentramento em relação às abordagens clássicas em termos de interações. Agem de fato em situações onde a atividade repousa de maneira constitutiva em vários tipos de participantes, mas fora de um horizonte de reciprocidade de perspectivas. Esse deslocamento permite integrar na análise do papel dos atores raramente considerados e as atividades organizadas às quais participam. As análises de cooperação para o hospital (GOFFMAN, 1979; GROSJEAN & LACOSTE, 1999; PENEFF, 2000; STRAUSS, 1992) tendem a

privilegiar os momentos onde o médico e paciente estão juntos e tentam se compreenderem para estudar estratégias recíprocas, as falhas e os ajustamentos. Se essas interações são importantes, os canais de cooperação sobre os quais repousam a tomada em cargo ultrapassa, porém, os únicos momentos juntos entre paciente e profissional. Em Primeiro lugar, a maioria das situações não implica somente um profissional e um paciente, mas também os “terceiros”, os pais (CHAVE, 2010). A sua intervenção discreta e sustentada durante todo o cuidado é um duplo “cuidado”, cuidadoso e atencioso, indo às vezes, até aos cuidados de enfermagem mais técnicos e de gestos médicos. Essa participação dos pais na atividade coletiva é pouco visível e indispensável. Em torno do paciente infantil são os dois compromissos heterogêneos e paralelos de pais e profissionais.

Certamente, parte da atividade dos pais é controlada e coordenada pelos profissionais, com toda a gama de maneiras de fixar cooperações, reconhecê-las e colocá-las no quadro regulatório e prescritivo do serviço de urgência. Mas uma grande parte de sua atividade escapa largamente a atenção dos profissionais. Ela não se revela em um cruzamento, em caso na ausência (ou falha) do pai: quando isto que fazia barulho não faz mais e vem a ser para os cuidadores um “suplemento do trabalho” podendo desorganizar o serviço<sup>11</sup>. Essa “co-atividade” é estrutural: as atividades de cada um são necessárias para o cuidado. Mas estas situações, como formas de interações estabilizadas e não transitórias, ficam aquém de um trabalho de equipe, que implicaria em um ajustamento, momento por momento de procedimentos comuns, às vezes intercambialidade das atividades e sua realização à várias mãos. Observamos, ao contrário, poucas interações face a face e uma importante assimetria de perspectivas. A noção de transação permite aqui, não se ater apenas às interações. Mesmo se acontecendo, muitas vezes, ajustes durante o curso do episódio passado na urgência, mal entendidos dão lugar para os ajustamentos, etc., nós queremos sublinhar a existência de formas híbridas e espontâneas de cooperação nas quais as interações entre o público e os profissionais não são intermitentes, e passam frequentemente esforços para se aproximarem as perspectivas dos participantes. Entre o público e os médicos observamos os mesmos ritmos opostos.

Nos dois serviços pediátricos estudados, os pacientes são examinados, primeiro por uma enfermeira, uns após outros, pois um médico examina o paciente no lugar onde fazem os exames, e ele prescreve aos cuidadores e pega outro prontuário pendente e o retorno dos exames do primeiro paciente, e assim por seguinte. Ele pode também se encontrar com três, quatro, até mesmo cinco prontuários ao mesmo tempo – aqueles correspondentes igualmente de pacientes para diferentes momentos de sua tomada de cargo. Esta multi atividade conduz os médicos a dividir em diferentes sequências o acompanhamento de cada paciente. Eles não acompanham os pacientes de forma linear, na sua chegada até a sua saída, mas sequencialmente circulam de um boxe a outro, muitas vezes ignoram toda a atividade dos pais. Para o público, em contrapartida, as urgências são também um lugar onde atendem, na sala de espera, depois nos boxes. Esse atendimento não é somente parte de uma reduzida absorção do fluxo das entradas. Ela é igualmente constitutiva do tratamento: períodos de observação, tempos de passagem de uma perfusão, retorno de exames, são momentos incompreensíveis. Além do tempo próprio para exames, acrescenta o

---

<sup>11</sup> Reciprocamente, o pai, vindo às urgências, passa temporariamente o cuidado da criança ao médico, o que também revela uma forma de coordenação.

tempo que o médico consagra a outros pacientes e aos casos mais urgentes, o tempo gasto pelo médico em seus outros pacientes e os casos mais urgentes que ele acompanha a todo momento em cima da hora. Nos casos de afluxo, enquanto o ritmo da equipe se contrasta ao máximo, aquele público se dilata ao extremo. O aumento do número de pacientes não aumenta fundamentalmente o trabalho dos profissionais (encadeiam os atos e as consultas), mas altera seu quadro de exercícios (o tempo que ele pode consagrar a cada um, a precisão e a rapidez de sua avaliação do grau da urgência). Essa diferença dos ritmos, pode se traduzir por tempos de muitas horas na sala de espera, em seguida, nos boxes e constitui uma fonte de tensões constante com um público, cuja a espera aumenta a inquietude, o desconforto e a dor. A multiatividade médica, centrada na evolução rápida e no tratamento multissequencial de uma multiplicidade de pacientes, segue um tempo rápido e divide o contraste com a participação invisível e contínua dos pais, seguindo um ritmo muito lento e centrado sobre a manutenção das condições de existência da criança. Essa diferença dos ritmos e das atividades, assinala também um espaço de perspectivas: os pais não vem o que fazem os médicos, nem porque, eles fazem esperar; o profissional não recebe se não passar nos boxes, nem o detalhe dos cuidados que os pais podem prestar ou não para a criança paciente.

Ora, essa assimetria de perspectivas entre terceiros e profissionais que permite um cuidado global da criança. Inicialmente, os pais asseguram um cuidado ao mesmo tempo do lar e de enfermaria, o que diz respeito à “enfermagem”, a supervisão com as refeições, o cuidado “atencioso”, que prepara a instalação no serviço por várias horas, mas também a saída, e realizam um conjunto de cuidados de enfermagem que vão desde a administração de aerossóis até a administração de medicamentos, até o monitoramento da evolução da condição da criança. Essas intervenções dos pais, exceto falhas de sua parte, não são compartilhadas nem relatadas; contribuindo para o cuidado do paciente, seguem um percurso paralelo às intervenções dos profissionais. Mais do que uma preocupação com a inteligibilidade mútua ou perspectivas recíprocas, há um hiato entre os estados emocionais de parentes, pacientes e profissionais, e suas avaliações do que é urgente ou legítimo.

Os pais, ao cuidar dos filhos, organizam sua continuidade biográfica. Sua perspectiva sendo aquela do longo prazo, eles podem sintetizar junto aos profissionais toda sorte de informações cronológicas e detalhadas, muitas vezes determinantes para estabelecer um diagnóstico ou um tratamento. Eles operam igualmente como alarmes dos lembretes (DATCHARY; LICOPPE, 2007) às vezes insistentes e mais ou menos bem-vindos. Em particular, se o estado do filho agravar, eles podem sair do box e tentar alertar alguém. E os médicos se apoiam nessa possibilidade para ignorar o que passa nos boxes em sua ausência e se concentraram em outros pacientes. Da mesma forma, são eles que alimentam o prontuário e colocam as informações em perspectiva, triam, ordenam, eles lembram ao médico, para quem o fato de tratar todo dia um grande número de pessoas não permite identificar individualmente cada paciente ou lembrar-se de cada caso. Os terceiros, pela sua presença contínua, vigilante, permitem ao médico a prática da divisão como técnica eficaz de tratamento de um grande número de pacientes. Para além da presença pontilhada dos profissionais, a comitiva assegura assim a continuidade do cuidado, mas também a do caso para os profissionais.

Esse entrelaçamento de ritmos e tarefas se passa em geral de uma explicação dos direitos da outra parte para agir sobre o paciente. E frequentemente, não há necessidade de se entender no plano dos valores, orientações, crenças, para realizar

um "acordo prático" mínimo sobre o que fazer. A aspiração comum para cuidar da criança estrutura as atividades cruzadas de pais e dos médicos. É o bem da criança que convoca um e outro em caso de desacordo sobre a evolução e o caminho tomado. E se o espaço também é emoldurado, com seus cartazes, seus corredores cujo piso é sinalizado por flechas e de significado interditado, seus equipamentos estimulando a se assentar, a esperar, se aproximar, toda uma parte disto que é feito entre o paciente e o entorno não se deixa reduzir ao que está escrito, proscrito ou prescrito, nem ao que o ambiente sugere fazer ou não fazer. À este respeito, há alguma forma de indiferença mútua entre médicos e pais quanto a maneira pela qual cada um "desempenha seu papel", nos longos momentos onde eles não interagem diretamente. O que se passa nos boxes entre as visitas dos profissionais é cuidadosamente ignorado, nos dois sentidos do termo. Esta indiferença estabelece de facto uma forma de repartição das preocupações que deixa na sombra o conteúdo mesmo disto que seria a responsabilidade de cada um. Por esta economia da atenção, o médico, que deve tratar dos numerosos pacientes, não tem, portanto que se preocupar com a permanência de cada um deles: outros responsáveis se encarregam. Trata-se de uma indiferença, não moral, mas prática, que não demonstra um desinteresse, mas bem mais, sobretudo de uma organização da atividade que integra implicitamente uma economia distribuída de atenção implicando terceiros. Nossa abordagem revela assim uma atividade coletiva caracterizada por uma delicadeza interacional, a heterogeneidade dos atores, mas, sobretudo, e, é o que torna a forma original, a ausência de integração a priori dentro de um sistema procedimental comum, toda a contribuição dos terceiros.

Uma forma de coordenação, fundada sobre uma coincidência de engajamentos, pode se tornar visível através do conceito de transação. Este aqui permite de fato se interessar também nesta parte das trocas por parte independente de sua espessura relacional. A consideração como atividade acontece também fora dos momentos de ajustamento entre cada um: na relação diferenciada de cada paciente, no seu ambiente e nos seus próprios fins. Ela se realiza com base na sua ignorância e na confiança misturadas com o que os outros fazem, mas também graças ao que os outros fazem. E isso, é bem uma cooperação. Os serviços de urgência pediátrica funcionam incluindo o que fazem os pais que se ocupam de uma parte das tarefas que uma criança exige, e os pais contam com médicos e cuidadores para compreender e resolver a crise que os traz, mas nenhum deles procuram se informar mutuamente do que estão fazendo. É, portanto, uma forma de cooperação onde "a indiferença prática" é uma condição para o exercício da atividade. Nestas situações de interações sucessivas, simultâneas, curtas, não repetidas, numerosas, a dificuldade de reciprocidade das perspectivas se revela uma condição de unidade da experiência, tão bem pelos profissionais e pelos terceiros<sup>12</sup>.

As interações das transações: esta ampliação parece particularmente ajustada às transformações estruturais que conhecem as organizações contemporâneas. Essa contribuição da tradição pragmatista para o estudo da atividade coletiva torna, de fato, mais atenta à agentividade dos objetos em ação e àquela dos terceiros. Nas pesquisas de campo apresentadas acima, o lugar dos fenômenos de ritmos sugere que ele oferece também ferramentas para uma melhor consideração da temporalidade

---

<sup>12</sup> Por outro lado, o Sr. Grosjean destaca de maneira muito interessante a ligação entre o privilégio dado à inteligibilidade mútua pelas abordagens etnometodológicas e sua sub-qualificação da atividade. (2005, p.85).

associada à noção de experiência (Bidet, 2011b, Quéré; Terzi, 2011; Rosa, 2010). Nosso último caso vai ilustrar.

## **5 DA CONSIDERAÇÃO DOS RITMOS PESSOAIS AO ENTRELAÇAMENTO DAS ATIVIDADES**

Todas essas interações que trazem ordem e estabilidade no fluxo de mudança são na verdade, ritmos (DEWEY, 2005, p. 35).

Nos dois casos apresentados, a supervisão telefônica e as urgências hospitalares nós já tínhamos constatados os ritmos opostos e as defasagens temporais entre os participantes e mostrado o papel dos terceiros pela coerência da experiência do trabalho. A gestão da multiatividade atividade em nível de um serviço passa então pela manutenção de uma assimetria de perspectivas entre duas categorias de participantes<sup>13</sup>. O terceiro terreno que consideramos, um jogo na internet praticado no local de trabalho, vai nos permitir aprofundar a escala do trabalhador, análises de fenômenos rítmicos e temporais. Esse jogo, apresentado em outro lugar (Boutet, 2008), tem uma estrutura comum para numerosos jogos na web. Isso inclui o que nos chamamos os “jogos de encontros” (Boutet, 2011) que não reclamam uma interatividade constante com uma interface do jogo, mas de momentos de conexões. Trata-se, nos casos presentes, de dispendir cada dia seus “pontos de ações” para perseguir monstros em subterrâneos se conectando alguns minutos por dia. A presença do outro é um atributo desses jogos, contrariamente a outros jogos de computadores os quais jogamos sozinhos: escolher jogar on-line, é escolher jogar com os outros e estar preparado para cooperar com quem estiver disponível. E, para os que jogam no local de trabalho, o caráter regular e cotidiano do jogo é essencial. Em suas relações com seus parceiros, a ênfase está na disponibilidade comum que essa atividade requer on-line, e no alto grau de integração e dependência recíproca que ela demanda. Os jogadores devem compartilhar ritmos compatíveis, em uma configuração que difere do modelo de “sociabilidade por afinidade”: os parceiros são companheiros de equipe e pessoas que conhecemos pouco, com as quais não compartilhamos muito sobre o seu trabalho ou sua vida pessoal.

A noção de transação, ajuda aqui a operar um deslocamento em relação as abordagens clássicas dos ambientes de trabalho, permitindo considerar, aquém da distinção entre “trabalho” e “hora de trabalho”, o emaranhado de atividades realizadas na presença e à distância. A entrada do jogo pela internet traz à tona as tensões ligadas à multiplicidade de atividades, e conduz a observar que a criação de formatos, de rotinas ou dispositivos para tratar essas tensões não esgota nossas maneiras de observar nossas atividades, de avaliá-las e tentar, assim, hierarquizá-las (LAHLOU, 2000, LICOPPE, 2008, 2009). A noção de transação permite de fato, explorar mais a frente as formas pelas quais nos fazemos face a face às ecologias (de trabalho, mas não apenas) mais e mais ricas em solicitações heterogêneas e concorrentes, portanto de “trabalho de si” (BIDET, 2011a, HUGHES, 1996).

Como o jogo e o trabalho coexistem? Primeiro nos constatamos que o jogo é praticado diferentemente no trabalho e no fora de horário de trabalho: em trabalho, seu ritmo

---

<sup>13</sup> Em situações multi-atividade propriamente ditas, um “conjunto de atividades permanece relevante como um todo” (DATCHARY & LICOPPE, 2007, p.21). As preocupações de fundo, portanto, permanecem relevantes ao lado da atividade focal e provavelmente serão revividas a qualquer momento (LICOPPE, 2008).

baseia no ritmo de trabalho. Os dois cursos da ação coexistem em paralelo sem ser simultâneos nem sequencializados: no primeiro caso, o trabalhador deverá jogar ou se contorcionar; no segundo caso, o jogo será um simples affaire de “pausas.” Ora, as atividades do jogo e de trabalho aparecem bastante dessincronizadas, e de uma forma diferente segundo a característica mais ou menos heterogênea do conteúdo do trabalho.

No contexto onde o trabalho é muito heterogêneo, se observa um estreitamento da atividade em torno de um único meio de comunicação, que cria uma continuidade entre as tarefas do jogo e aquelas do trabalho: todas as solicitações vêm da mesma maneira e são geradas com as mesmas ferramentas. Por exemplo, os jogos que recebem as demandas dos clientes essencialmente por correio, se fazem de bom grado “notificar” a presença distante do mundo do jogo e o jogo deve assim “um email dentre os outros”. No outro caso, um jogador é advertido na tela quando recebe uma mensagem instantânea, que vem de um canal de comunicação que ele mantém com grupos de experts no quadro de suas missões profissionais, ou canal paralelo aberto sobre o mesmo software para trocar com seus parceiros de jogos. O jogo não designa, portanto, uma nova ordem de solicitações concorrentes, mas uma solicitação entre outros. No caso de um trabalho com conteúdo homogêneo notamos primeiro uma tendência a criar uma separação entre jogo e trabalho, replicando, para o jogo, o dispositivo existente para o trabalho – por exemplo uma segunda caixa de email. Da mesma forma, os jogadores preferem ir na internet para jogar mais que recorrer à notificações que os informe por email um evento ocorrido no jogo, ou uma mensagem instantânea onde os participantes do jogo podem ser solicitados. O jogo é, então mais jogado durante as pausas. Ele não introduz uma heterogeneidade nas atividades de trabalho, mas aparece, sobretudo neste contexto como um forma de se ocupar, quando nos “desligamos”, ou “saturamos”.

Nos dois casos observamos um esforço para dessincronizar as ocupações – jogo e trabalho - que seriam, senão, concorrentes. Esse entrelaçamento toma uma forma diferente, segundo o degrau de homogeneidade da atividade de trabalho, que se averigua estruturante pela atividade do jogo. Mas é cada vez mais inscrevendo jogo e trabalho no mesmo ritmo – que seja de uma atividade homogênea ou heterogênea - que ambos são tomados comensuráveis. Assim, o jogo no trabalho é um tempo de jogo e esse tempo tem a forma de um ritmo. A noção de ritmo, contrariamente à aquela de interatividade, permite descrever as relações lentas e descontínuas, mas produzem uma unidade de experiência. Nesse padrão, o trabalho aparece como um conjunto de atividades, mais ou menos encadeadas ou entrelaçadas, com momentos de tensão e relaxamento, entrelaçamento no qual a prática do jogar pode encontrar seu lugar de maneira fluida. Também, o problema dos trabalhadores é menos sincronizar ou articular tempos já dados, como o tempo organizacional e seu ritmo biológico, do que construir uma ritmicidade pessoal a partir das restrições sociais que pesam sobre suas diferentes atividades, acomodando-as.

O estudo do jogo no trabalho possibilita assim ver os pequenos acordos pelos quais os trabalhadores tecem suas preocupações com as solicitações resultantes do trabalho. As atividades aparentemente as mais pessoais são bem solicitadas – que seja no casal, na família, nos amigos, no local de trabalho ou em outras comunidades de prática. E os tempos pessoais são os tempos organizados, no sentido em que eles integram as restrições de outros participantes e de outros contextos. E se cada atividade envolve tanto de um conjunto de restrições quanto de possíveis ajustes, “jogar

no local de trabalho” não é trazer o jogo para o trabalho, mas, ao contrário, é elaborar nos locais “uma nova maneira de fazer as coisas.” Ela passa incluir a escolha entre “estar preocupada” e “ser solicitada”: ter que pensar nisto ou receber uma notificação?

Para cada um, no contexto onde espaços – tempos do trabalho ficaram mais desfocados (BIDET & SCHOENI, 2011; BORZEIX & COCHOY, 2008. CRAGUE, 2003; HOCHSCHILD, 1997), a procura de uma unidade de experiência repousa, então, na pesquisa de uma ritmicidade pessoal que compõe com a diversidade de suas atividades, suas restrições e suas plasticidades possíveis. A “indiferença prática”, descrita nos dois casos precedentes, tomam-se na forma da atividade do jogo examinada aqui, a regra e a coordenação dos trabalhadores baseia-se antes de tudo nos ritmos que eles compartilham.

## **6 CONCLUSÃO: A ATIVIDADE NO PRISMA DAS TRANSAÇÕES**

Este artigo contribui para a noção de transação introduzida por J. Dewey. Ele demonstra que uma entrada pelas transações permite estudar, além do domínio de interações, um conjunto de situações onde a inteligibilidade mútua não é central para um desdobramento de uma atividade coletiva.

Através de três exemplos, de uma sala de controle da rede telefônica, de um serviço de urgências pediátricas e situações de jogo no trabalho, nós identificamos as configurações estabilizadas, operantes, mas considerando o horizonte de reciprocidade de perspectivas. Nos casos estudados, o déficit de inteligibilidade mútua não é prejudicial para a continuação da atividade coletiva, como seriam os “mal-entendidos” (GROSJEAN, 2005). Nós vamos mais longe, mostrando que a cooperação requer, pelo contrário, uma fraca inteligibilidade mútua.

Este modelo enriquece o estudo de contextos organizados, onde ambientes de trabalho com um fraco grau de intersubjetividade estão longe de ser anedótico. Eles tendem mesmo a se multiplicar com o aprofundamento da divisão social do trabalho, que aumenta o número de mundos profissionais, cuja atividade nos é estranha, mas com a qual nos enfrentamos. A noção de transação, mais englobante do que de interação, permite documentar este aspecto de “desencantamento do mundo” apontado pelo M. Weber. Seguindo J. Dewey, K. Burke já sublinhava a dificuldade de se tornar um “participante” no mundo “fragmentado” para uma “grande diversidade profissional”: nossas aprendizagens e saberes pontiagudos arriscam sempre de “tomar-nos cegos” (1983, p. 7) e “as diferentes formas de viver e ganhar sua vida” ameaçam de transformar” as diferentes classes de indivíduos em ‘mistérios’ “uns pelos outros” (p. 276, tradução da autora). Em um mundo feito de tantas “perspectivas díspares”, tornar-se um participante não seria tanto para K. Burke um caso de conhecimento do que de ação, de arte e esforço prático, através, em particular, do caráter sintético dos nossos atos, que são cada vez mais “uma nova maneira de juntar as coisas” (1983, p. 254). Documentar esta pesquisa é uma continuidade da experiência leva, vimos, à estudar a criação de hábitos de formas de vida, de formas de se orientar, etc.

Este modelo ampliado para além das interações, possibilita colocar os dispositivos numéricos, aos terceiros e aos ritmos pessoais. Os objetos já tratados como suporte inscritos no ambiente de trabalho, aparecem para alguns animados de uma vida própria, em torno do qual elaboram verdadeiras formas de vida; os terceiros,

tradicionalmente e praticamente por definição, excluídos da análise do trabalho, se revelam operadores indispensáveis na cooperação produtiva; enfim, a temporalidade da atividade, não cessa de tecer diferentes ritmos uns com os outros, integra a análise do trabalho os espaços-tempos fora do trabalho.

Formas de vida, coincidência de engajamentos, entrelaçamento temporal de atividades: fenômenos colocados em primeiro plano pela noção de transação trazem ao estudo da atividade coletiva para além da inteligibilidade mútua. A partir de situações de trabalho similares apresentadas aqui, M. Grosjean se interroga se os modelos associados à teoria da atividade não forneceriam “um quadro mais satisfatório [do que aquele da ação situada] para repensar a questão da pertinência e da inteligibilidade mútua em termos dos sistemas da atividade [dos diferentes atores implicados em um trabalho cooperativo] quando estes não são convergentes” (2005). Um retorno à tradição pragmática, da qual a teoria da atividade é ela mesma herdeira (Garreta, aparecer), parece-nos oferecer uma via mais fértil nesse sentido. Colocando em evidência as formas de organização implícita e, contudo, operantes, senão estruturantes, ela adentra mais na “parte de sombra da inteligência coletiva em obra em qualquer situação de cooperação” (JOSEPH, 2004, p. 23). Pois se cada um tem sempre a necessidade de compreender o que faz, ele não tem sempre lazer, nem necessidade de perceber bem o que fazem os outros. Enfim, fazer direito em um contexto onde uma moral da intercompreensão e do encontro “enquanto pessoas” não parece mais central, onde a cooperação produtiva inscrita mais dentro de uma moral de interação do que dentro de uma política de transação, junta-se à exploração pragmática da dimensão democrática do trabalho (CRICK, 2010; SENNETT, 2010). A “indiferença prática” leva de fato, à tolerar a diferença, e mesmo a estranheza, seguindo uma configuração política que a Escola de Chicago já associava à grande cidade moderna.

## REFERÊNCIAS

- BARAD, K. **Posthumanist Performativity**: toward an understanding of how matter comes to matter. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 28. 2003.
- BARBIER, J.-M., & DURAND, M. (Eds.). **Sujets, activités, environnements**. Approches transverses. Paris: PUF. 2006
- BECHKY, B. A.. Sharing Meaning across Occupational Communities: The Transformation of Understanding on a Production Floor. **Organization Science**, v. 14, n. 3. p. 312-330, 2003, Disponível em: <https://econpapers.repec.org/article/inmororsc/default12.htm>. Acesso em: 09 dez. 2019.
- BECK, U. **La société du risque**. Sur la voie d'une autre modernité. Traduction de Risikogesellschaft, 1 re. ed. Suhrkamp Verlag, 1986, Paris, Aubier, 2001.
- BERGER, M. Répondre en citoyen ordinaire. Pour une étude ethnopragmatique des compétences profanes. **Tracés**, - Revue de Sciences Humaines, n.15, p.191-208, 2008 *Pragmatismes*. Lyon: ENS LSH. Disponível em: <https://journals.openedition.org/traces/773>. Acesso em: 09 dez. 2019.
- BERGMAN, M. The new wave of pragmatism in communication studies. **Nordicom Review**. v. 29, n. 2, p. 135-153, 2007. Disponível em: <https://content.sciendo.com/view/journals/nor/29/2/nor.29.issue-2.xml> Acesso em: 09 dez. 2019.
- BIDET, A. L'homme et l'automate. L'écologie élargie du travail contemporain. **Sociologie Du travail**, v. 50, n. 3, p. 372-395, Paris, 2008 Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/journal/sociologie-du-travail/vol/50/issue/3>. Acesso em: 09 dez. 2019.

- BIDET, A. Qu'est-ce que le vrai boulot ? Le cas d'un groupe de techniciens. **Sociétés contemporaines**. v. 78, p.115-135, Paris, 2010. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-societes-contemporaines-2010-2.htm>. Acesso em: 09 dez. 2019.
- BIDET, A. L'engagement dans le travail. Qu'est-ce que le vrai boulot ?, Paris, Puf, **Le lien social**, 416 p., 2011a.
- BIDET, A. La multi-activité, ou le travail est-il encore une expérience ? **Communications**, 89. Paris: Éditions de l'EHESS, 9-26, 2011b.
- BIDET, A. Activité. In A. Bevort, A. Jobert, M. Lallement, & A. Mias (Eds.), **Dictionnaire Du travail**, p. 6-12 . Paris: PUF, Quadrige. 2012.
- BIDET, A., & SCHOENI, D. Décrire les présences au travail, analyser la structuration de la vie sociale. **Ethnographiques.org**, 23, 2011. Disponível em: <http://www.ethnographiques.org/2011/>. Acesso em: 19 jan. 2013.
- BORZEIX, A., & COCHOY, F. Travail et théorie de l'activité: vers des « workspace studies » ? **Sociologie du travail**, 50, v.3, p. 273-286, 2008. <https://www.em-consulte.com/article/182220/article/travail-et-theories-de-lactivite-vers-des->. Acesso em: 09 dez. 2019.
- BOUTET, M. L'ordinateur à l'état sauvage. Une approche écologique. In In: BIDET A., BORZEIX, A., PILLON, T., ROT, G., VATIN, F., (Eds), **Sociologie du travail et activité**. Octarès, Coll. Le travail en débats, Toulouse, p. 29-45, 2006. Disponível em: [https://www.academia.edu/201953/L\\_ordinateur\\_%C3%A0\\_l\\_%C3%A9tat\\_sauvage.\\_Une\\_approche\\_%C3%A9cologique](https://www.academia.edu/201953/L_ordinateur_%C3%A0_l_%C3%A9tat_sauvage._Une_approche_%C3%A9cologique). Acesso em: 09 dez. 2019.
- BOUTET, M. S'orienter dans les espaces sociaux en ligne. L'exemple d'un jeu. **Sociologie du travail**, n. 50, v. 4, 447–470, 2008. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/journal/sociologie-du-travail/vol/50>. Acesso em: 09 dez. 2019.
- BOUTET, M. Un rendez-vous parmi d'autres. Ce que le jeu sur internet nous apprend du travail contemporain. **Ethnographique.org**, 2011. Disponível em: <http://www.ethnographiques.org/2011>. Acesso em: 19, jan. 2013
- BREVIGLIERI, M. La coopération spontanée. Entraides techniques autour d'un automate public. In: CONEIN, B. & L. THEVENOT, L. (Eds.), **Cognition et information en société**, EHESS, Raisons pratiques, 8, Paris, 1997. Disponível em: <http://editions.ehess.fr/ouvrages/ouvrage/cognition-et-information-en-societe/>. Acesso em: 09 dez. 2019.
- BREVIGLIERI, M. (2004). Habiter l'espace de travail. Perspectives sur la routine. **Histoire & Sociétés**, 9, 19-29. 2004. Disponível em: [https://www.academia.edu/1813808/Habiter\\_lespace\\_de\\_travail\\_-\\_Perspectives\\_sur\\_la\\_routine](https://www.academia.edu/1813808/Habiter_lespace_de_travail_-_Perspectives_sur_la_routine). Acesso em: 09 dez. 2019.
- BREVIGLIERI, M. L'épuisement capacitaire du sans-abri comme urgence ? Approche phénoménologique du soin engagé dans l'aide sociale (gestes, rythmes et tonalités d'humeur). In C. Felix, & J. Tardif (Eds.), **Actes éducatifs et de soins, entre éthique et gouvernance**, Nice 4-5, 2010. Disponível em: <http://revel.unice.fr/symposia/actedusoin/index.html?id=795>. Acesso em: 09 dez. 2019.
- BREVIGLIERI, M., & STAVO-DEBAUGE, J. L'hypertrophie de l'oeil. Pour une anthropologie Du passant singulier qui s'aventure à découvert . In: CEFAL, D. & SATURNO, C. (Eds.), **Itinéraires d'um pragmatiste. Autour d'Isaac Joseph**, p. 79-98. Paris: Economica, 2007.
- BURKE, K. **Permanence and change**. An Anatomy of Purpose. Berkeley: University of California Press, 1935. 1983.
- CEFAI, D. (1998). **Phénoménologie et sciences sociales**: Alfred Schutz, naissance d'une anthropologie philosophique. Paris et Genève: Librairie Droz.
- CHATEAURAYNAUD, F. Vigilance et transformation. Présence corporelle et responsabilité dans La conduite des dispositifs techniques. **Réseaux**, v. 85, p. 101-127. 1997. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/reso\\_0751-7971\\_1997\\_num\\_15\\_85\\_3137](https://www.persee.fr/doc/reso_0751-7971_1997_num_15_85_3137). Acesso em: 09 dez. 2019.
- CHAVE, F. **Tiers en urgences. Les interactions de secours, de l'appel au 18 à l'accueil em service d'urgences pédiatriques. Contribution à une sociologie du tiers**. Thèse de doctorat, sous La direction d'A. Borzeix. Nanterre: Université Paris Ouest-Nanterre La défense, 13 décembre 2010.

- CICOUREL, A. **Le raisonnement médical**. Une approche sociocognitive. Paris: Seuil. 1987.
- CRAGUE, G. Des lieux de travail de plus en plus variables et temporaires. **Économie et statistique**, n. 369, p. 191-212. 2003. Disponível em: [https://www.persee.fr/issue/estat\\_0336-1454\\_2003\\_num\\_369\\_1?sectionId=estat\\_0336-1454\\_2003\\_num\\_369\\_1\\_7292](https://www.persee.fr/issue/estat_0336-1454_2003_num_369_1?sectionId=estat_0336-1454_2003_num_369_1_7292). Acesso em: 09 dez. 2019.
- CLOT, Y; ET BÉGUIN, P. L'action située dans le développement de l'activité. **Activités**, v.1, n. 2, p. 27-49. 2004. Disponível em: <https://journals.openedition.org/activites/1179>. Acesso em: 09 dez. 2019.
- CRAIG, R. T. Pragmatism in the field of communication theory. **Communication Theory**, vol. 17, p. 125–145. <https://academic.oup.com/ct/issue/17/2>. Acesso em: 09 dez. 2019.
- CRICK, N. **Democracy & Rhetoric**. John Dewey and the Arts of Becoming. Columbia: The University of South Carolina Press. 2010.
- DATCHRY, C., & LICOPPE, C. La multi-activité et ses appuis. L'exemple de la présence obstinée des messages dans l'environnement de travail. **Activités**, n. 4, v.1, p. 4-29. Disponível em: <https://journals.openedition.org/activites/1370>. Acesso em: 09 dez. 2019.
- DESCOMBES, V. **La denrée mentale**. Ed. Minuit. Paris. 1995.
- DENIS, J., & PONTILLE, D.. **Petite sociologie de la signalétique**. Les coulisses des panneaux duméto. Editor: Presses des Mines. Paris. 2010.
- DEWEY, J. **Logique**. Théorie de l'enquête. Paris: PUF, 1938.
- DEWEY, J. **L'art comme expérience**. Pau: Publications de l'Université de Pau-Farrago, 1934. 2005.
- DEWEY, J. 2011a. **Démocratie et éducation**. Suivi de Expérience et éducation. Paris: Armand Colin 1916. 2011<sup>a</sup>.
- DEWEY, J. **La formation des valeurs**. Ed. La Découverte. Paris, 2011b - traduction et présentation par A. Bidet, L. Quéré, & G. Truc.
- DODIER, N. **Les hommes et les machines**. La conscience collective dans les sociétés technicisées. Ed. Métailié. Paris, 1995/
- DOURISH, P. **Where the Action Is: The Foundations of Embodied Interaction**. Cambridge: Ed. MIT Press. Paris, 2001
- DREYFUS, H. **Being-in-the-world**. Ed. MIT Press. Cambridge, 1991
- ENGESTRON, Y. Quand le centre se dérobe: la notion de knotworking et ses promesses. **Sociologie du travail**, n° 50, vol.3, p. 303-330. 2008. Disponível em: <https://www.em-consulte.com/revue/SOCTRA/50/3/table-des-matieres/>. Acesso em: 09 dez. 2019.
- EMIRBAYER, M. Manifesto for a Relational Sociology. **The American Journal of Sociology**, n. 103, v.2, p. 281-317. Universidade de Chicago. 1997. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/231209?mobileUi=0&>. Acesso em: 09 dez. 2019.
- FLIGSTEIN, N., & MCADAM, D. **A Theory of Fields**. Ed. Oxford University Press. Oxford, 2012
- GARRETA, G. Pragmatisme et pédologie. Dewey, Vygotski et la pédagogie soviétique dès années 1920. In: FRIEDRICH, J. Hofstetter, R. & SCHNEWLY, B. (Eds.), **Une science du développement est-elle possible?** Aspects historiques. Rennes. PUR, 2013, p. 107-138.
- GOFFMAN, E. **Asiles. Études sur la condition sociale des malades mentaux et autres reclus**. Trad. de Liliane et Claude Lainé. Éditions de Minuit. Paris, 1979.
- GOODWIN, C., & GOODWIN, M.H. Formulating Planes. Seeing as a situated activity. In: ENGESTRON, Y & MIDDLETON, D. (Eds.), **Cognition and communication at work**. Cambridge: Cambridge University Press. 1996, p. 61-95.
- GRAFMEYER, Y., & JOSEPH, I. **L'école de Chicago. Naissance de l'écologie urbaine**. Paris: Flammarion Champ. 2004.
- GROSJEAN, M. L'awareness à l'épreuve des activités dans les centres de coordination. **Activités**, n. 2, v.1, p.76-98. 2005. Disponível em: <https://journals.openedition.org/activites/632>. Acesso em: 09 dez. 2019.

- GROSJEAN, M., & LACOSTE, M. **Communication et intelligence collective. Le travail à l'hôpital.** Paris. Presses Universitaires de France, coll. Le Travail humain. 1999.
- GUMPERZ, J. **Engager la conversation. Introduction à la linguistique interactionnelle.** Paris: Ed. Minit. 1989.
- HEATH, C., HINDMARSH, J., & LUFF, P. (Eds.) **Workplace studies.** New York and Cambridge: Cambridge University Press. 2000.
- HENNION, A. (2009). Réflexivités. L'activité de l'amateur. **Réseaux**, n. 153, v.1, p. 55-78. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-reseaux-2009-1-page-55.htm>. Acesso em: 09 dez. 2019.
- HOCHSCHILD, A. R. **The Time Bind: When Work Becomes Home and Home Becomes Work.** New York: Metropolitan Books. 1997.
- HUGHES, E.C. Le regard sociologique. Essais choisis. CHAPOULIE, J-M. In: **Textes rassemblés et présentes.** Editions EHESS. Paris. 1996.
- INGOLD, T. **The Perception of Environment: Essays in Livelihood, Dwelling and Skill.** London: Routledge. 2001.
- JOAS, H. **La créativité de l'agir.** Paris: Cerf, 1992. 1999. Disponível em: [https://www.unige.ch/fapse/publicationsssd/files/7714/1572/5502/Pages de 27 THACED INT Baudouin.pdf](https://www.unige.ch/fapse/publicationsssd/files/7714/1572/5502/Pages_de_27_THACED_INT_Baudouin.pdf). Acesso em: 09 dez. 2019.
- JOSEPH, I. Attention distribuée et attention focalisée. Les protocoles de la coopération au PCC de la ligne A du RER, **Sociologie du travail**, n. 36, v. 4, p. 563-585. 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/140123044>. Acesso em: 09 dez. 2019.
- JOSEPH, I. Pluralisme et contigüités. In: JOSEPH, J. & CEFAL, D. (Eds.), **L'héritage Du pragmatisme.** Conflits d'urbaniste et épreuves du civisme. p. 83-105. La Tour d'Aigues: Editions de l'Aube. 2002.
- JOSEPH, I. L'athlète moral et l'enquêteur modeste. In: KARSENTI, B. & QUÉRÉ, L. (Eds.), **La croyance et l'enquête. Aux sources du pragmatisme.** Paris: EHESS, Raisons pratiques, p.19-52, 2004.
- JOSEPH, I. Simmel, l'écologie urbaine et Goffman. In D. CEDAI, D. & C. SATURNO, C. (Eds.), **Itinéraires d'un pragmatiste. Autour d'Isaac Joseph.** Paris: Economica, p. 3-18, 2007.
- JOSEPH, I. **L'athlète moral et l'enquêteur modeste** (textes réunis par D. Cefai). Paris: Economica. 2007b.
- JOSEPH, I & QUÉRÉ, L. L'organisation sociale de l'expérience. **Futur antérieur**, 19-20, 137- 150, 1993.
- KAPTELININ, V., & NARDI, B.A. **Acting with technogy.** Activity theory and interaction design. Cambridge: MIT Press, 2006.
- KATZ, J. **How Emotions work.** Chicago: The University of Chicago Press, 1999.
- KATZ, J. Start Here: Social Ontology and Research Strategy. **Theoretical Criminology**, n. 6, vol. 3, p.255-278, 2002.
- KENDON, A. **Conducting Interaction: Patterns of Behavior in Focused Encounters.** Cambridge: Cambridge University Press. 1990.
- KILPINEN, E. The Habitual Conception of Action and Social Theory. **Semiotica**, n. 173, v.1, p.99-128. 2009.
- KNORR-CETINA, K. Sociality with Objects: Social relations in Postsocial Knowledge Societies. **Theory, Culture & Society**, n. 14, v. 4, p. 1-30, 1997.
- KNORR-CETINA, K. Les épistémès de la société: l'enclavement du savoir dans les structures sociales. **Sociologie et Sociétés**, n. 30 vol. 1, p. 39-54. 1998. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/socsoc/1998-v30-n1-socsoc78/>. Acesso em: 09 dez. 2019.
- KNORR-CETINA, K., & Bruegger, U. La technologie habitée. La forme de vie globale dès marchés financiers. **Réseaux**, n. 21, v. 122, p. 111-132. 2003.
- LAHLOU, S. La cognition au travail et ses outils: débordement, révolution, distribution, Les attracteurs cognitifs et le syndrome du débordement. **Intellectica**, n. 30, v. 1, p. 75-113. 2000.

- LICOPPE, C. Logiques d'innovation, multiactivité et zapping au travail. **Hermès**, 50, 171-178. 2008.
- MCKENZIE, R.D. The ecological approach to the study of human community. In R.E. PARK, R.E. BURGESS, E.W. & T.D. MCKENZIE, T.D. (Eds), **The City**, 1924, p. 63-79. Chicago: University of Chicago Press.
- NARDI, B., & O'Day, V. Information ecologies: Using Technologies with Heart. Cambridge: BIDET, A. et al. **Au-delà de l'intelligibilité mutuelle Activités**, v. 9, n. 2 190 MIT Press.1999.
- NORROSS, L. **Acting under Uncertainty**. The Core-Task Analysis in Ecological Study of Work. Espoo: VTT. 2004.
- PAGIS, M. Producing intersubjectivity in silence: an ethnographic study of meditation practice. **Ethnography**, v. 11, n. 2, p. 309-328. 2010.
- PENEFF, J. **Les malades des urgences**. Paris: Métaillié. 2000.
- PIETTE, A. **Anthropologie existentielle**. Paris: Éditions Pétra, coll. Anthropologiques, 2009<sup>a</sup>.
- PIETTE, A. **L'acte d'exister**. Une phénoménographie de la présence. Paris: Socrate Editions. 2009<sup>b</sup>.
- QUÉRÉ, L. La situation toujours négligée? **Réseaux**. n. 85. 1997
- QUÉRÉ, L. L'environnement comme partenaire. In: BARBIER, J.M & M. DURAND. M. (Eds.), **Sujets, activités, environnements. Approches transverses**, Paris: PUF. 2006.
- QUÉRÉ, L. & Terzi, C. Some Features of Pragmatist Thought Still Remain Insufficiently Explored in Ethnomethodology. **Qualitative Sociology**, n. 34, v. 1, p. 271-275. 2011. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11133-010-9182-9>. Acesso em: 09 dez. 2019.
- Rosa, H. **Accélération. Une critique sociale du temps**. Traduction française. Paris: La Découverte (2005). 2010.
- RUSSILL, C. Through a Public Darkly: Reconstructing Pragmatist Perspectives in Communication Theory. **Communication Theory**, n. 18, p. 478-504. 2008.
- SALEMBIER, P., & ZOUINAR, M. Intelligibilité mutuelle et contexte partagé, Inspirations conceptuelles et réductions technologiques. **Activités**, n. 1, v. 2, p. 64-85. 2004 <http://www.activites.org/v1n2/salembier.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2019.
- SCHATZKI, T.R., KNORR, C. K., SAVIGNY, V. E. **The Practice Turn in Contemporary Theory**. London: Routledge. 2001.
- SCHMIDT, K. The trouble with 'Tacit Knowledge'. **Computer Supported Cooperative Work**, n.º. 21, p.163-225. 2012.
- SENNETT, R. **Ce que sait la main. La culture de l'artisanat**. Traduction française, Paris: Albin Michel (2008). 2010.
- SIMONDON, G. **L'individuation psychique et collective**. Paris: Aubier (1958).1989.
- SIMPSON, B. Pragmatism, Mead and the Practice Turn. **Organization Studies**, n. 30 v. 12, p. 1329-1347. 2009.
- STRAUSS, A. **La Trame de la négociation**. Paris: L'Harmattan. 1992
- STRAUSS, A. **Continual Permutations of Action**. New Brunswick & London: Transaction Publishers. 1993.
- SUCHMA, L. **Human-Machine Reconfigurations**. Cambridge: Cambridge University Press. 2007.

**Data da submissão: 09/10/2019**

**Data da aprovação: 11/12/2019**